

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EM DECISÕES JURISPRUDENCIAIS NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

THE APPLICATION OF THE “POLLUTER-PAYS” PRINCIPLE TO THE ENVIRONMENT OF THE WORK IN JURISPRUDENTIAL DECISIONS WITHIN THE FRAMEWORK OF REGIONAL COURTS OF WORK

Larissa Copatti Dogenski¹

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a possibilidade de aplicação do princípio do poluidor-pagador ao meio ambiente do trabalho. Além disso, pretende analisar a aplicabilidade de tal princípio, típico do Direito Ambiental, a casos judiciais em que esteja envolvido o meio ambiente de trabalho, perfazendo uma pesquisa jurisprudencial em Tribunais Regionais do Trabalho de todas as regiões do país. Para tanto, foi realizada pesquisa em repositório jurisprudencial disponível *online* nos sítios correspondentes a cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho, em número total de 24 Cortes de segunda instância pesquisadas. Ao final da busca, foi obtido o resultado final de 33 acórdãos e decisões monocráticas que continham a aplicação do princípio do poluidor-pagador como fundamento principal ou um dos fundamentos principais da decisão proferida, sendo 30 deles encontrados no Tribunal Regional da 4ª Região, sediado no Rio Grande do Sul, e 3 deles encontrados no Tribunal Regional da 3ª Região, sediado em Minas Gerais. Diante deste resultado, pretende-se discutir a necessidade de uma abertura do Judiciário Trabalhista com relação à interpretação das normas envolvendo o meio ambiente de trabalho, visto que possibilita uma ampliação na rede de normas protetivas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador, não apenas renovando seus entendimentos acerca da temática, mas principalmente buscando alternativas às normas trabalhistas vigentes que versam sobre o assunto, haja vista a defasagem das mesmas em face do atual contexto vivenciado nas relações de trabalho, o qual demanda novas respostas por parte do Direito do Trabalho.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; meio ambiente do trabalho; princípio do poluidor-pagador.

Abstract: The objective of this study was to analyze the possibility of application of the “polluter-pays” principle to the environment of work. In addition, you want to analyze the applicability of this principle, which is typical of Environmental Law, the legal cases in which is involved the working environment, totaling a jurisprudential research in Regional Courts of the Work of all regions of the country. For both, research was carried out in jurisprudential repository available online in sites corresponding to each of the Courts Regional labor, in the total number of 24 Cuts of second instance researched. At the end of the search, was obtained the final result of 33 judgments and decisions that contained the application of the “polluter-pays” principle as the foundation main or one of the principal justifications of the decision, being 30 of them found in Regional Court of the 4TH Region, headquartered in Rio Grande do Sul, and 3 of them found in Regional Court of 3RD Region, based in Minas Gerais. Given this result, we intend to discuss the need for opening the Labor Judiciary regarding the

¹ Advogada. Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Especializanda em Direito Ambiental da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bacharel em Direito e Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: larissa-cd@outlook.com.

interpretation of the rules involving the work environment, as it allows an expansion in the network of protective standards for health, safety and physical integrity of the worker, not only renewing their understanding about the theme, but mainly seeking alternatives to existing labor standards that deal with the subject, given the lag of the same in the face of the current context experienced in labor relations, which demand new responses by the Labor Law .

Key-words: interdisciplinarity; environment; the “polluter-pays” principle.

Introdução

Atualmente, qualquer análise que se faça acerca do universo do trabalho humano deve considerar a amplitude das inter-relações e correlações em que se inserem as dimensões multifacetadas do trabalho e as diversas influências que o afetam, principalmente no que diz respeito às relações entre trabalho, meio ambiente, saúde e tecnologia.

O atual momento histórico vivenciado demonstra a ruptura de antigos paradigmas e a mudança de padrões de desenvolvimento socioeconômico e político-institucional, os quais exigem a adequação de modelos jurídicos tradicionais para a assimilação de uma visão mais integradora e sistemática da legislação trabalhista, de forma que esta adote a ampliação do conceito de trabalho, integrando-o com a saúde e o meio ambiente, a fim de que estes não sejam mais vistos de forma fragmentada e isolada.

Diante dos avanços tecnológicos vivenciados pelo mundo do trabalho nas últimas décadas, evidente que há uma necessidade de ampliação dos mecanismos de proteção ao trabalho até então existentes, haja vista que estes ainda possuem um enfoque individual e direcionado basicamente à pessoa do trabalhador, de forma que ignora o meio ambiente em que este se encontra inserido. Desta forma, o questionamento que se faz é, justamente, qual a possibilidade de se aplicar, ao ambiente de trabalho, o princípio do poluidor-pagador, típico do Direito Ambiental, ampliando-se o campo interpretativo acerca dos dispositivos constitucionais e legais que versam sobre o assunto, para fins de garantir qualidade de vida no trabalho e pelo trabalho.

1. A possibilidade de interdisciplinaridade entre o Direito do Trabalho e o Direito Ambiental

Desde a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1919, o tema da saúde e segurança do trabalhador tem sido discutido. Através de Convenções e Recomendações, a OIT tem incentivado a proteção à saúde e integridade física do trabalhador,

sendo que, aos poucos, têm conseguido aumentar seu campo de proteção e influenciar diversos ordenamentos jurídicos nacionais, principalmente nas últimas décadas.

Em termos de evolução histórica, as normas de proteção à saúde, segurança e integridade física do trabalhador passaram por diversas mudanças. Inicialmente, a sua preocupação estava centrada apenas no campo da segurança contra acidentes de trabalho, tendo evoluído posteriormente para a Medicina do Trabalho e a cura de doenças ocupacionais para, até alcançar o campo da higiene ocupacional e ergonomia. A legislação brasileira tem acompanhado a evolução das normas internacionais, tendendo a garantir, juridicamente, a proteção da saúde e segurança do trabalhador.

Antes mesmo da Constituição Federal de 1988, a CLT já previa em seu Capítulo V, intitulado “Da Segurança e Da Medicina do Trabalho” e modificado pela Lei nº. 6.514/1977, normas gerais de saúde e segurança do trabalho e do trabalhador. Considerando o disposto no artigo 200 da CLT, que prevê a possibilidade de o Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer disposições complementares às do referido Capítulo, compreendendo demais peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, foi editada a Portaria nº. 3.214/1977 pelo mencionado Ministério, a qual aprovou as Normas Regulamentares relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 previu em seu Título VIII, intitulado “Da Ordem Social”, que a ordem social teria como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Além disso, também previu, neste mesmo Título, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o qual deve ser defendido e preservado pelo Poder Público e por toda a coletividade, cuja competência de proteção também foi destinada ao Sistema Único de Saúde – SUS, conforme o previsto no artigo 200 da Carta constitucional.

Desta forma, evidente que o centro gravitacional da tutela da saúde e bem-estar do trabalhador deslocou-se para o âmbito constitucional, o qual se torna eixo principal de todas as demais normas infraconstitucionais e contratuais. Neste sentido, afirma Norma Sueli Padilha que:

a correlação direta da proteção da saúde e qualidade de vida do trabalhador ao equilíbrio do meio ambiente é resultado da consagração do meio ambiente do trabalho enquanto um direito fundamental, e exige do aplicador do direito uma nova postura, voltada à promoção dessa nova ótica de implementação da proteção do trabalhador no seu

ambiente laboral, numa perspectiva muito mais abrangente e integradora².

Assim, a interpretação das normas que dizem respeito ao meio ambiente do trabalho, incluindo-se as normas que versam sobre saúde, segurança e integridade física do trabalhador, deve ser feita à luz das disposições constitucionais que reconhecem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de todo o ser humano. Logo, a proteção constitucional ao meio ambiente do trabalho exige que as normas que o regem sejam aplicadas de forma ampla e sistemática, propondo um diálogo interdisciplinar entre o Direito do Trabalho e o Direito Ambiental para fins de proteção do trabalhador.

O Direito Ambiental possui princípios específicos, caracterizando-se por ser um direito de risco, não de indenização. Neste sentido, inclui-se o princípio do poluidor-pagador, o qual, apesar de possuir um conteúdo econômico ínsito em sua natureza, não deve ser interpretado como uma espécie de autorização legal para o desenvolvimento de atividades poluentes com conseqüente reparação ou ressarcimento, dando-lhe natureza puramente curativa e anulando seu caráter preventivo.

Os autores José Rubens Morato Leite e Patryck de Araújo Ayala possuem o entendimento de que o princípio do poluidor-pagador deve ser observado

pela ótica do poluidor *primeiro pagador*, importando em considerar que o poluidor é, antes de poluir, pagador. Pagador dos custos relativos às medidas preventivas e precaucionais, destinadas a evitar a produção do resultado proibido u não pretendido, ou seja, *é primeiro pagador, porque paga, não porque polui, mas paga justamente para que não polua.* [grifos originais]³.

Desta forma, o que se percebe é justamente a perfeita compatibilidade entre o princípio do poluidor-pagador e as normas atinentes ao meio ambiente laboral, visto que estas visam também à prevenção e possível eliminação de riscos ambientais, obrigando o empregador a investir na segurança do trabalhador em seu meio ambiente laboral. Aliás, a Portaria nº. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, a qual aprova as Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho, determina as precauções a serem tomadas pelo

² Conforme PADILHA, Norma Sueli. "Meio ambiente do trabalho: um direito fundamental do trabalhador e a superação da monetização do risco". **Revista do TST**. n. 4. Brasília: Editora Lex. vol. 79, p. 173-182, 2013, p. 177.

³ Conforme LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 96.

empregador para fins proteção do trabalhador e promoção do meio ambiente do trabalho equilibrado.

Em se tratando de meio ambiente do trabalho, a degradação do meio ambiente é resultante de atividades que prejudicam a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores, situação esta que pode ser caracterizada como poluição ao meio ambiente do trabalho. Segundo Júlio César de Sá da Rocha, a poluição no ambiente de trabalho deve ser entendida como:

a degradação da salubridade do ambiente que afeta diretamente a saúde dos próprios trabalhadores. Inúmeras situações alteram o estado de equilíbrio do ambiente: os gases, as poeiras, as altas temperaturas, os produtos tóxicos, as irradiações, os ruídos, a própria organização do trabalho, assim como o tipo de regime de trabalho, as condições estressantes em que ele é desempenhado (trabalhos noturnos, em turnos de revezamento), enfim, tudo aquilo que prejudica a saúde, o bem-estar e a segurança dos trabalhadores⁴.

Diversas são as agressões que podem causar desequilíbrio ao meio ambiente do trabalho, as quais são acirradas por mudanças profundas no mundo do trabalho, geradas pelo crescente avanço tecnológico e as diferentes causas de instabilidade econômica, principalmente em épocas de crise econômica, com nefastas consequências à dignidade do trabalhador em seu ambiente de trabalho, atingindo diretamente sua saúde física, mental e psicológica. Neste contexto, faz-se necessário buscar uma maior rede de proteção jurídica ao trabalhador, objetivado a manutenção de um meio ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado, com fins a garantir sua dignidade como pessoa humana.

Logo, a elevação ao nível constitucional da tutela ao meio ambiente do trabalho, sendo o mesmo garantido como direito fundamental da pessoa humana do trabalhador, destaca a importância do diálogo, da interação e da integração entre o Direito do Trabalho e o Direito Ambiental para a solidificação de uma ampla rede de proteção jurídica ao trabalhador. Assim, a proteção constitucional dada ao meio ambiente traduz-se também na humanização do trabalho como garantia da efetivação da dignidade da pessoa humana no ambiente de trabalho.

⁴ Conforme ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente do trabalho**: dano, prevenção, e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997, p. 47.

2. A aplicação do princípio do poluidor-pagador no âmbito de Tribunais Regionais do Trabalho

Conforme já mencionado, o Direito Ambiental, quando aplicado em conjunto ao Direito do Trabalho, permite estabelecer uma amplitude na proteção do trabalhador em seu ambiente de trabalho, haja vista que se preocupa precipuamente com o equilíbrio do mesmo, objetivando a proteção da saúde, segurança e integridade física do trabalhador, com fins a garantir sua dignidade como pessoa humana. Desta forma, uma interpretação ampliada e interdisciplinar de tais normas permite não apenas a aplicação de preceitos já previstos constitucionalmente, mas a realização de um meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado.

Neste sentido, buscamos averiguar a aplicação do princípio do poluidor-pagador ao meio ambiente do trabalho pelos Tribunais Regionais do Trabalho de todas as regiões do país. Para tanto, realizamos pesquisa em repositório jurisprudencial disponível *online* nos sítios correspondentes a cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho, em número total de 24 Cortes de segunda instância pesquisadas.

Utilizamos-nos dos seguintes critérios: a) os termos utilizados para busca foram “meio ambiente do trabalho” e “poluidor-pagador”, sendo a pesquisa realizada simultaneamente com ambos os critérios; b) a pesquisa foi realizada tanto nas ementas dos acórdãos e decisões monocráticas disponíveis quanto no corpo das respectivas decisões, para fins de ampliar os resultados; c) a pesquisa foi realizada em acórdãos e decisões monocráticas julgados no período de 01/01/2014 a 31/05/2015, critério temporal este estabelecido em razão de sua atualidade e dos objetivos finais do presente artigo, o qual não pretende apresentar resultados mais aprofundados, mas apenas uma breve e sintética análise.

Ao final da busca, obtivemos o resultado final de 33 acórdãos e decisões monocráticas que continham a aplicação do princípio do poluidor-pagador como fundamento principal ou um dos fundamentos principais da decisão proferida, sendo 30 deles encontrados no Tribunal Regional da 4ª Região, sediado no Rio Grande do Sul, e 3 deles encontrados no Tribunal Regional da 3ª Região, sediado em Minas Gerais. Assim, o resultado final da pesquisa demonstrou que a aplicação dos princípios inerentes ao Direito Ambiental, em especial o princípio do poluído-pagador, é praticamente nula em todos os Tribunais Regionais do Trabalho do país. Aliás, o que se percebeu foi a positiva recepção das normas relativas ao Direito Ambiental, principalmente com relação ao princípio do poluidor-pagador, no Tribunal

Regional do Trabalho da 4ª Região, sediado no Rio Grande do Sul, no qual foram encontrados diversos julgados acerca da temática.

Através da análise do resultado final da pesquisa, se percebe que a aplicação dos princípios inerentes ao Direito Ambiental, em especial o princípio do poluído-pagador, é praticamente nula em todos os Tribunais Regionais do Trabalho do país, com exceção dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e 4ª Regiões, sediados em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, respectivamente. Aliás, o que se percebe é a positiva recepção das normas relativas ao Direito Ambiental, principalmente com relação ao princípio do poluidor-pagador, no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sediado no Rio Grande do Sul, no qual foram encontrados diversos julgados acerca da temática.

A análise das decisões encontradas evidencia não apenas a recepção pura e simples do princípio do poluidor-pagador e sua aplicação ao meio ambiente do trabalho, mas também a recepção e aplicação de demais normas atinentes ao Direito Ambiental, o que representa o nascedouro de uma interpretação mais ampla das normas ambientais e laborais, o que evidencia a possibilidade de uma interdisciplinaridade entre ambos os conjuntos normativos.

Para fins de se realizar uma breve análise acerca das decisões proferidas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e 4ª Regiões, tomamos por paradigma uma decisão de cada Tribunal, a qual foi selecionada de acordo com o conteúdo de sua ementa, tendo sido escolhida aquelas que traziam no cerne de sua discussão questões mais próximas do tema proposto no presente artigo.

O acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deu-se nos autos de um dissídio individual, no qual tratou sobre acidente de trabalho sofrido por empregado em seu ambiente de trabalho, conforme vemos através da análise de sua ementa:

RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. POLUIÇÃO. RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA. A responsabilidade patrimonial do empregador por acidente ocorrido no meio ambiente de trabalho é objetiva, de acordo com o artigo 14, § 1º, da Lei 6.938/81. O acidente insere-se no conceito de poluição, previsto no artigo 3º, inciso III, alínea a desta lei, tendo em vista que decorreu de ausência de higiene do meio ambiente laboral. Pelo princípio do poluidor-pagador, responde objetivamente o empregador pela degradação do meio ambiente de trabalho, não havendo falar em culpa exclusiva da vítima, pois os custos oriundos dos danos provocados ao entorno ambiental ou a terceiros direta ou indiretamente expostos, como os trabalhadores, devem ser internalizados. Inteligência dos art. 200, VIII e 225 da Constituição da

República, do Princípio 16 da Declaração do Rio (1992) e do artigo 4º, VII da Lei 6.938/81⁵.

No caso em tela, observamos que o referido Tribunal aplicou o disposto no artigo 200, inciso VIII e artigo 225 da Constituição Federal de 1988, além da Lei nº. 6.938/1981, a qual instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, de forma que considerou o acidente de trabalho sofrido pelo empregado como decorrente de poluição ao meio ambiente de trabalho, em razão da ausência de higiene e degradação presente no ambiente de trabalho.

Além disso, o que nos chama atenção na referida ementa é a aplicação do princípio do poluidor-pagador como fundamento para o reconhecimento da responsabilidade objetiva do empregador com relação ao acidente sofrido por seu empregado, em vista da degradação do meio ambiente de trabalho. Ao reconhecer a responsabilidade objetiva do empregador, o Tribunal aplica ao caso a teoria do risco integral dos danos, a qual não admite excludente por culpa exclusiva da vítima, de forma que o responsável pelo causador dos danos deve suportar sua reparação de maneira exclusiva.

O acórdão selecionado no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região também deu-se na seara de um dissídio individual, no qual o cerne da questão objeto da lide também envolveu discussão acerca da preservação da saúde e segurança dos trabalhadores, tratando-se especificamente de acidente de trabalho sofrido por empregado em seu ambiente de trabalho, conforme vemos pela redação de seu ementário:

ACIDENTE DO TRABALHO. DEVER DE DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO, ELIMINAÇÃO DOS RISCOS E CONVENÇÃO 155 DA OIT. 1. Conforme o art. 16 da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil através do Decreto 1254/94, sobre segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, ao disciplinar a ação em nível de empresa, "1. Deverá ser exigido dos empregadores que, na medida que for razoável e possível, garantam que os locais de trabalho, o maquinário, os equipamentos e as operações e processos que estiverem sob seu controle são seguros e não envolvem risco algum para a segurança e a saúde dos trabalhadores". 2. A documentação da existência ou não de condições ambientais nocivas e de risco à saúde e à segurança do empregado incumbe à empregadora, assim como a adoção das medidas necessárias para eliminação ou redução da intensidade dos agentes agressivos. Estas obrigações ambientais desdobram-se, em sede processual, no dever da

⁵ Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Acórdão nº. 0001696-58.2012.5.03.0029 RO, 1ª Turma, Relator Desembargador José Eduardo Resende Chaves Jr., Julgado em 05/09/2014.

empregadora de demonstrar, nos autos, de forma cabal, o correto cumprimento das medidas preventivas e compensatórias adotadas no ambiente de trabalho para evitar danos aos trabalhadores. 3. No caso, a demandada não se desincumbiu deste ônus, presumindo-se a culpa indutora de sua responsabilização quanto ao acidente sofrido pelo trabalhador, que lhe causou lesões no joelho direito e incapacidade temporária para o desempenho das suas atividades laborativas. [...] ⁶.

No presente caso, observamos que o referido Tribunal buscou fundamentar sua decisão em normas internacionais, como a Convenção nº. 155 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a qual versa sobre saúde e segurança dos trabalhadores no meio ambiente de trabalho, ratificada pelo Brasil em 18 de maio de 1992 e promulgada através do Decreto nº. 1.254/1994.

Além disso, a aplicação do princípio do poluidor-pagador também se deu como fundamento para a responsabilização objetiva do empregador no caso concreto, aplicando-se ao caso a teoria do risco, conforme expressado no conteúdo de seu inteiro teor:

Portanto, a responsabilidade da ré, na espécie, decorre tanto da presença do elemento subjetivo (culpa), como do objetivo pela aplicação da teoria do risco da atividade e do princípio do poluídos-pagador.

Assim, seja por força da apuração de culpa da recorrente, seja por aplicação da teoria do risco ou por responsabilidade objetiva decorrente de lei (art. 14, §1º, da Lei 6938/81), estão inegavelmente presentes os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil: a existência de dano (lesão à integridade física do trabalhador) e o nexo de causalidade entre o acidente sofrido e o dano causado, e entre estes e a atividade da ré.

Assim, o que se depreende pela análise dos referidos julgados é que o princípio do poluidor-pagador tem sido utilizado como forma de fundamentar a aplicação de responsabilidade objetiva do empregador quando da ocorrência de danos decorrentes de meio ambiente de trabalho ausente de higidez, inclusive em dissídios individuais. Desta forma, é desnecessária a apuração de culpa do empregador com relação aos danos suportados por seu empregado, em razão da aplicação da teoria do risco, inerente ao princípio do poluidor-pagador, através do qual se busca o permanente equilíbrio no meio ambiente do trabalho.

⁶ Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Acórdão nº. 0020273-83.2013.5.04.0203 RO, 2ª Turma, Relator Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambrosio, Julgado em 04/05/2015.

Portanto, evidente que a interpretação interdisciplinar entre o Direito Ambiental e o Direito do Trabalho permite uma maior proteção à saúde, segurança e integridade física do trabalhador, através da proteção de seu meio ambiente de trabalho e da constante busca por seu equilíbrio, de forma a elidir a maior quantidade possível de riscos que possam vir a afetar o trabalhador.

Ademais, a aplicação do princípio do poluidor-pagador e, em decorrência, da teoria do risco às relações de trabalho, permite que haja uma superação na forma com que, até então, se tem trabalho o meio ambiente de trabalho pelo ordenamento jurídico laboral, o qual prioriza a indenização de danos já causados ao invés de buscar a superação dos riscos ambientais. Apesar de haver diversas normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador no ordenamento jurídico trabalhistas, tais como as Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho aprovadas pela Portaria nº. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, o enfoque da proteção ao trabalhador ainda reside na utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e no pagamento de adicionais pecuniários de insalubridade e periculosidade.

Tal forma de proteção apresentada pelo ordenamento jurídico laboral preocupa-se em demasia apenas com o trabalhador unicamente considerado, imputando ao mesmo a responsabilidade de proteger-se dos riscos ambientais presentes em seu meio ambiente de trabalho através da utilização de EPI's e, em razão da insuficiência na eficácia de proteção de tais equipamentos, complementa a “proteção” ao trabalhador com o pagamento de adicionais pecuniários de insalubridade e periculosidade.

Porém, evidente que tal proteção oferecida pelo ordenamento jurídico laboral é insuficiente, haja vista que não se preocupa com o meio ambiente de trabalho como um todo, coletivamente considerado. Desta forma, a aplicação interdisciplinar de princípios inerentes ao Direito Ambiental permite que seja ampliada a rede de proteção à saúde, segurança e integridade física do trabalhador em seu meio ambiente de trabalho, haja vista que a preocupação máxima do Direito Ambiental é, justamente, precaver e prevenir possíveis danos ambientais ao invés de remediá-los.

Assim, o que se percebe é que, cada vez mais, a preocupação com o meio ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado ganha espaço da seara da Justiça Trabalhista, a qual vem aplicando em seus julgados, mesmo que ainda de forma reduzida, princípios e normas inerentes à proteção ambiental com fins a ampliar a tutela de proteção do trabalhador em seu

meio ambiente de trabalho, o que se traduz na humanização do trabalho como garantia da efetivação da dignidade da pessoa humana.

Conclusão

Apesar de ainda ser reduzida a aplicação do princípio do poluidor-pagador em decisões judiciais proferidas pela Justiça do Trabalho em segunda instância, merece destaque o ato de a mesma já ter-se iniciado e, inclusive, ter sido encontrada a aplicação de tal princípio em dissídios individuais, não apenas de ordem coletiva.

Tal abertura do Judiciário Trabalhista é de suma importância, haja vista que demonstra seu interesse em ampliar a rede de normas protetivas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador, não apenas renovando seus entendimentos acerca da temática, mas principalmente buscando alternativas às normas trabalhistas vigentes que versam sobre o assunto, visto que boa parte das mesmas já se encontra defasada em face do atual contexto vivenciado nas relações de trabalho, o qual demanda novas respostas por parte do Direito do Trabalho.

Neste sentido, mais importante do que a aplicação por parte do Poder Judiciário Trabalhista de tais princípios aos casos concretos, é a exigência que deve partir dos Sindicatos da categoria profissional e do Ministério Público do Trabalho, aos quais cabe cobrar da categoria patronal a aplicação de princípios e normas inerentes ao Direito Ambiental ao ambiente de trabalho, sempre em busca da prevenção e precaução de riscos ambientais, em detrimento da proteção individual vigente até então, de forma a garantir, acima de tudo, a preservação da saúde, segurança e integridade física do trabalhador, além de um meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado.

Bibliografia

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; GEMIGNANI, Daniel. “Meio ambiente de trabalho. Precaução e prevenção. Princípios norteadores de um novo padrão normativo”. **Revista do TST**, Brasília, v.78, n.1, p. 258-280, 2012.

_____. “A eficácia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho”. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n.35, p. 69-88, 2009.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito Ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos constitucionais do Direito Ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010.

_____. **Do meio ambiente do trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002.

_____. “Meio ambiente do trabalho: um direito fundamental do trabalhador e a superação da monetização do risco”. **Revista do TST**, Brasília, v.79, n.4, p. 173-182, 2013.

_____. “O equilíbrio do meio ambiente do trabalho: direito fundamental do trabalhador e de espaço interdisciplinar entre o direito do trabalho e o direito ambiental”. **Revista do TST**, Brasília, v.77, n.4, p. 231-258, 2011.

ROCHA, Júlio Cesar de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção, e proteção jurídica**. São Paulo: LTr, 1997.